



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

Contencioso Administrativo Tributário
Conselho de Recursos Tributários
3ª Câmara de Julgamento

RESOLUÇÃO Nº **175**/2017

43ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 21 DE AGOSTO DE 2017.

PROCESSO DE RECURSO Nº: 1/3665/2014

AUTO DE INFRAÇÃO Nº: 1/2014.12325-4

RECORRENTE: MARIA DAS GRAÇAS BEZERRA DAVID

RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA.

AUTUANTE: MARLUZETE SAMPAIO DE OLIVEIRA

RELATOR: ANA MÔNICA FILGUEIRAS MENESCAL

EMENTA: ICMS – Deixar de escriturar no livro próprio para Registro de Entradas, Conhecimento de Transporte também não lançado na contabilidade do infrator, em 2012. Decisão com base nos artigos 260, 269, 874 e 877 do Decreto nº 24.569/97. Recurso Ordinário conhecido com parcial provimento, Auto de Infração julgado **PROCEDENTE**. Restou reformado o julgamento de 1ª Instância no que diz respeito à penalidade aplicada, prevalecendo a penalidade sugerida no Auto de Infração, disposta no art. 123, III, g, da Lei nº 12.670/96, alterado pela Lei nº 13.418/03. Decisão unânime e de acordo com o Parecer da Consultoria Tributária, adotado pelo Procurador Geral do Estado.

RELATÓRIO

Consta do Auto de Infração, lavrado contra a empresa: **MARIA DAS GRAÇAS BEZERRA DAVID**:

Deixar de Escriturar, no livro próprio para registro de entradas, conhecimentos de transporte também não lançado na contabilidade do infrator, em 2012. Infringência aos Arts. 260, 269, penalidade 874 e prescrita 877, do Dec. 24.569/97. Aplicação da penalidade prescrita no art. 123, inc. III, alínea "g", da Lei nº 12.670/96, alterado pela Lei nº 13.418/03

O autuante indica como dispositivos infringidos os artigos: 260, 269, 874 e 877, do Dec. 24.569/97 e sugere como penalidade à prevista no artigo 123, inciso III, alínea "g", da Lei nº 12.670/96, alterado pela Lei nº 13.418/03.

Nas Informações Complementares o agente fiscal informa que a autuada se trata de uma empresa com segmento de comércio varejista de materiais de construção – CNAE 4744099. Que foram solicitados os documentos, livros fiscais e contábeis e que , com base na

documentação apresentada foi efetuado confronto entre os documentos fiscais de entradas, livro de entrada e EFD, restando constatado que no exercício de 2012, a empresa ora recorrente deixou de escriturar, no Livro Registro de Entradas, os Conhecimentos de Transporte Rodoviário de Cargas, no valor de R\$7.727,39 (sete mil, setecentos e vinte e sete reais e trinta e nove centavos).

Anexos:

- Mandado de Ação Fiscal nº 2014.13422 (FLS. 05);
- Termo de Início de Fiscalização nº 2014.12997 (fls. 06);
- Termo de Intimação nº 2014.16046 (fls. 07);
- Termo de Intimação nº 2014.16048 (fls. 08);
- Termo de Intimação nº 2014.16050 (fls. 09);
- Termo de Intimação nº 2014.16051 (fls. 10);
- Termo de Intimação nº 2014.16052 (fls. 11);
- Termo de Conclusão de Fiscalização nº 2014.25342 (fls. 12);
- Cópia do Livro Registro de Entradas (fls. 14 – 26);
- Cópia do Livro Registro de Apuração (fls. 27 – 41);
- Cópias dos Conhecimentos de Transporte (fls. 42 – 301);
- Cópia do SPED Fiscal (fls. 302 – 313);

Crédito Tributário indicado no Auto de Infração:

MULTA	R\$ 7.727,39
TOTAL	R\$ 7.727,39

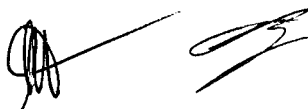
O Autuado apresentou a impugnação do Auto de Infração, conforme, os documentos anexos às fls. 318 a 322.

O julgador singular decide pela PROCEDÊNCIA do feito fiscal (fls. 325 -332), com a aplicação da penalidade nos seguintes termos:

1. **Art.123, III, "g", da Lei nº 12.670/96**, pela infração **FALTA DE ESCRITURAÇÃO DOS CONHECIMENTOS DE TRANSPORTE, que apresentavam destaque do ICMS**;
2. **Art. 123, VIII, "d", da Lei nº 12.670/96**, pela **FALTA DE ESCRITURAÇÃO DOS CONHECIMENTOS DE TRANSPORTE, que não possuíam destaque do ICMS**, considerando que não há penalidade específica para falta de escrituração, no Livro Registro de Entradas de documentos fiscais sem destaque do imposto.

A autuada inconformada com a decisão singular interpõe Recurso Ordinário (337 a 340), aduzindo resumidamente:

- 1- A nulidade do Auto de Infração por violação ao Princípio Constitucional à Ampla Defesa, por não constar no demonstrativo elaborado pelo Agente do Fisco a relação das notas fiscais, sendo requisito indispensável para configurar a infração;
- 2 – Nulidade, por falta de clareza do Auto de Infração (cerceamento da ampla defesa);
- 3 – Nulidade, por ausência de descrição nas notificações da legislação aplicável à correção monetária e aos juros utilizados para cálculo das multas, cerceando a defesa do contribuinte;
- 4 – Alega a inconstitucionalidade dos juros de 100% do valor corrigido da obrigação;
- 5 – Requer diligência, no caso de indeferimento das nulidades.



A Célula de Consultoria Tributária, por meio do Parecer nº 126/2017 opinou por confirmar a decisão condenatória proferida em 1ª Instância, preservando, contudo, a penalidade indicada no Auto de Infração, ou seja: art. 123, III, "g", da Lei nº 12.670/96.

É o relatório.

VOTO DO RELATOR

Consta na peça inaugural do presente processo, a acusação de que a autuada deixou de escriturar, no livro próprio para registro de entradas, conhecimentos de transporte, também não lançados na contabilidade do infrator, no exercício de 2012, contrariando o comando inserto no artigo 269 do Decreto 24.569/97 que dispõe:

Art. 269. O livro Registro de Entradas, modelos 1 ou 1-A, Anexos XXXI e XXXII, destina-se à escrituração dos documentos fiscais relativos às entradas de mercadorias ou bens e às aquisições de serviços de transporte e de comunicação efetuadas a qualquer título pelo estabelecimento.

§ 1º Serão também escriturados os documentos fiscais relativos às aquisições de mercadorias que não transitarem pelo estabelecimento adquirente, bem como os pertinentes aos serviços utilizados nessas operações.

Encontra-se nos autos as planilhas que serviram de base para a autuação (fls. 39/41), nas quais constam a numeração dos Conhecimentos de Transporte que deixaram de ser escriturados, mês a mês, com a indicação das notas fiscais a que cada um CT se refere, bem como o valor contábil e o ICMS neles destacado (perfazendo o montante de R\$7.727,39).

Cabe também destacar o art. 276-A, §1º, do Decreto nº 24.569/97, que trata de EFD – Escrituração Fiscal Digital, nos termos a seguir:

Art. 276-A. Os contribuintes do ICMS ficam obrigados à Escrituração Fiscal Digital (EFD) nos termos e nos prazos estabelecidos nesta Seção.

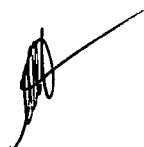
§ 1º A Escrituração Fiscal Digital (EFD) constitui-se em um conjunto de escrituração de documentos fiscais e de outras informações de interesse do Fisco, bem como no registro de apuração do ICMS, referente às operações e prestações praticadas pelo contribuinte, em arquivo digital.

Conforme consulta ao sistema Cadastro de Contribuintes do ICMS, verificou-se que a empresa possui Escrituração Fiscal Digital – EFD, desde 01.01.2012, fato que tornava obrigatório a escrita fiscal digital – EFD, a qual substitui a escrituração e impressão de diversos livros fiscais, dentre os quais o Livro registro de Entradas. É o que prescreve o art. 276-G, I, do Decreto nº 24.569/97.

Em primeiro lugar, analisa-se as preliminares alegadas pela recorrente:

1 - A nulidade do Auto de Infração por violação ao Princípio Constitucional à Ampla Defesa, por não constar no demonstrativo elaborado pelo Agente do Fisco a relação das notas fiscais, sendo requisito indispensável para configurar a infração;

2 – Nulidade, por falta de clareza do Auto de Infração (cerceamento da ampla defesa);



Vislumbra-se nas peças que compõem a Ação Fiscal que a mesma encontra-se envolta à clareza necessária e exigida pela legislação, fato que a torna válida e eficaz. É o que se depreende da leitura das Informações Complementares ao Auto de Infração, bem como das planilhas anexadas ao mesmo.

Vê-se que a infração fora delimitada em "Falta de escrituração de Conhecimentos de Transporte Rodoviário no valor de R\$168.496,48, sendo o ICMS destacado no valor de R\$7.727,39.

Não deve prosperar o argumento da recorrente, pelo qual o Agente do Fisco não relacionou as notas fiscais, uma vez que as mesmas encontram-se relacionadas às fls. 39 a 41, dos autos.

3 – Nulidade, por ausência de descrição nas notificações da legislação aplicável à correção monetária e aos juros utilizados para cálculo das multas, cerceando a defesa do contribuinte;

Não deve prosperar este argumento, uma vez que o Auto de Infração não trata de correção e juros, e sim de falta de escrituração de conhecimentos de transporte também não lançados na contabilidade.

4 – Alega a inconstitucionalidade dos juros de 100% do valor corrigido da obrigação; Não pode-se conhecer de inconstitucionalidade de lei, no âmbito administrativo, por ausência de jurisdição constitucional. Neste sentido, o art. 48, da Lei nº 15.614/2014, cujo teor é o seguinte:

Art. 48. O julgamento de processo administrativo-tributário no CONAT é da competência inicial dos Julgadores Administrativo-Tributários sob a forma monocrática, observado o disposto no art.121 desta Lei, e quando em grau de recurso, dos órgãos do CRT, em deliberação coletiva.

§ 2º Não se inclui na competência da autoridade julgadora afastar a aplicação de norma sob o fundamento de inconstitucionalidade, ressalvada a hipótese em que tenha sido declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal – STF, observado:

I – em Ação Direta de Inconstitucionalidade ou Declaratória de Constitucionalidade, após a publicação da decisão;

II – em Ação Direta de Inconstitucionalidade, por via incidental, após a publicação da resolução que suspender a execução do ato, pelo Senado Federal;

III – em Súmula Vinculante aprovada pelo Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 103-A da Constituição Federal.

Quanto ao pedido de perícia, quedou-se indeferido, face à ausência de provas capazes de comprovar a não-ocorrência do ilícito tributário, ou que lançassem dúvidas quanto à correção do crédito tributário constituído. Deve-se, por sua vez, ser lembrado, por oportuno, o art. 97, da Lei nº 15.614/2014:

Art. 97. O julgador indeferirá, de forma fundamentada, o pedido de realização de perícia, quando:

I – formulado de modo genérico;

II – não observada a pertinência dos quesitos formulados aos fatos imputados na autuação;

III – os fatos forem incontroversos e os elementos contidos nos autos forem suficientes à formação de seu convencimento;

IV – tratar-se de fatos notórios, verossímeis e compatíveis com a realidade e as provas constantes dos autos;

V – a verificação for prescindível ou relacionada com documentos cuja juntada ou modo de realização seja impraticável;

VI – a prova do fato não dependa de conhecimento técnico especializado.



Parágrafo único. Quando da realização de perícia requerida por Julgadores Administrativo-Tributários, Assessores Processual-Tributários, Procuradores do Estado e Conselheiros, estes deverão observar o disposto nos incisos I a VI do caput deste artigo.

Quanto ao mérito, destaca-se que constam nos autos cópia do Livro Registro de Entradas relativo ao exercício de 2012, bem como telas do SPED -Sistema Público de Escrituração Digital, também de 2012. No referido livro fiscal, constata-se cada um dos documentos fiscais lançados e os respectivos créditos fiscais neles destacados, bem como o valor total dos créditos, mês a mês. E, nas telas do SPED, vê-se o total dos créditos fiscais por entradas, mês a mês.

Considerando, que o valor total mensal do imposto lançado a crédito no Livro Registro de Entradas equivale ao mesmo valor mensal constante no SPED, depreende-se que os Conhecimentos de Transportes de que trata a presente ação fiscal, também não foram registrados na Escrituração Fiscal Digital do contribuinte (conforme mencionado anteriormente, a EFD substitui a escrituração e impressão de diversos livros, dentre os quais, o livro Registro de Entradas.

A falta de escrituração de documentos fiscais configura a ocorrência de ilícito tributário, tendo sido acertada a autuação, devendo ser julgado procedente o Auto de Infração.

Não deve prosperar, contudo, o entendimento de que deve ser a penalidade majorada em 200 UFIRCES do crédito tributário, uma vez não tratar-se de alteração de penalidade proposta, mas de um complemento ao lançamento.

Concordo com a manifestação exarada no Parecer nº 126/2017, quando destaca que "a acusação está delimitada conforme observamos no relato do Auto de Infração, o lançamento das notas fiscais com ICMS DESTACADO, portanto o lançamento de outras notas fiscais sem destaque de ICMS não poderia ser efetuado.

Por todo o exposto, VOTO pelo conhecimento do Recurso Ordinário, para negar-lhe provimento, mantendo a decisão singular de procedente de acordo com o Auto de Infração.

DEMONSTRATIVO CRÉDITO TRIBUTÁRIO (Ver Demonstrativo em ANEXO)

MULTA: R\$7.727,39

É o voto.



DECISÃO:

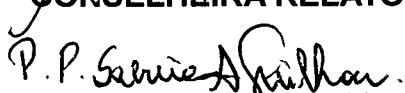
Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que é recorrente: **MARIA DAS GRAÇAS BEZERRA DAVID**, e **Recorrido**: Célula de Julgamento de 1ª Instância.

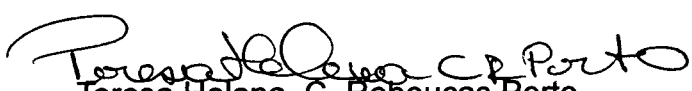
A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário interposto, decidindo, em relação aos pedidos nele elencados, na forma exposta a seguir: **1) Com relação à preliminar de nulidade de que há violação ao Princípio Constitucional da Ampla Defesa, pelo Demonstrativo elaborado pelo Fiscal não ter relacionado todos os documentos fiscais; falta de clareza, violação do direito de ampla defesa** – Afastada, pois se identifica que o Agente do Fisco relacionou todos os documentos, conforme fls. 39A 41, dos autos; além do fiscal ter anexado todas as cópias dos referidos documentos fiscais. **2) Com relação à preliminar de nulidade pela falta de informação nas notificações sobre a correção monetária e dos juros utilizados para o cálculo das multas aplicadas** – afastada, em razão de que as multas e juros aplicados são as definidas em lei. Não é exigida a menção a estas, posto ser obrigação do contribuinte o conhecimento da legislação. **3) Quanto à solicitação para proceder ao recálculo das multas e juros superiores ao levantamento previsto** – não é possível ao CONAT afastar a aplicação de quaisquer normas sob o fundamento de inconstitucionalidade, incluindo as normas que dispõem sobre juros e multas. **4) Quanto à solicitação de conversão do feito em Diligência a fim de comprovar as alegações apresentadas de erro na apuração e elaboração de nova planilha contábil** – Afastada, uma vez que o Contribuinte não apresentou elementos que demonstrassem a concorrência de erros no levantamento fiscal. Pedido genérico sem apresentação de quesitos a serem elucidados. **No Mérito**, a 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, resolve, também, por decisão unânime, conhecer do Recurso Ordinário, dar-lhe parcial provimento, para julgar **procedente**, o feito fiscal, reformando o julgamento de 1ª Instância, no que diz respeito à penalidade aplicada, devendo prevalecer a penalidade sugerida no Auto de Infração, disposta no art. 123, III, "g", da lei nº 12.670/96. Nos termos do voto da Conselheira Relatora e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado.

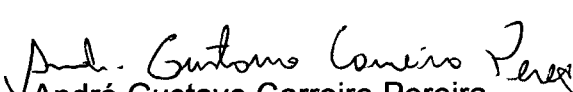
SALA DAS SESSÕES DA 3ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 23 de outubro de 2017.


Lúcia de Fátima Calou de Araújo
PRESIDENTE DA 3ª CÂMARA



Arlinda Filgueiras Menescal
CONSELHEIRA RELATORA


Michel André Bezerra Lima Gradvohl
CONSELHEIRO


Teresa Helena C. Rebouças Porto
CONSELHEIRA


André Gustavo Carreiro Pereira
PROCURADOR DO ESTADO


Gabriella Lima Batista
CONSELHEIRO


Ricardo Ferreira Valente Filho
CONSELHEIRO


Osvaldo Alves Dantas
CONSELHEIRO